

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Lula Marques/ Agência Brasil



Para Danilo, Arthur Lira não cederá fácil poder

Danilo: recado é claro, Congresso não vai retroagir

Embora o governo tenha fingido ouvidos moucos, o discurso do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), mostrou sua grande disposição de fazer rufar os tambores de guerra neste seu último ano de mandato. Para o relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias, deputado Danilo Forte (União-CE), o recado não poderia ter sido mais claro. “O Congresso não vai retroagir”. Lira bateu for-

te: “Não subestimem este Parlamento”. Para Danilo, a frase aponta para a disposição de não abrir mão de cada centavo de poder que ao longo do tempo o Congresso foi obtendo na destinação dos recursos do orçamento da União. Uma realidade que muito incomoda o presidente Luiz Inácio Lula da Silva: não era assim nos seus dois primeiros mandatos como presidente. Ele tinha mais poder.

Avanços

Os avanços que fazem hoje o Congresso deter o poder sobre a destinação de 70% das verbas não obrigatórias, como lembra o cientista político Antônio Lavareda, aconteceram principalmente depois da introdução do orçamento secreto, ainda com Rodrigo Maia.

Com Bolsonaro

O que começou quando Rodrigo Maia presidia a Câmara cresceu com Arthur Lira e com a forma como o ex-presidente Jair Bolsonaro foi, de fato, abrindo mão dessa prerrogativa do Executivo e relegando-a ao Legislativo. Poder é uma coisa que ninguém devolve.

José Cruz/Agência Brasil



Tratores estão hoje entre os queridinhos das emendas

Lira tem que mostrar que políticas saem das emendas

Em seu discurso, Lira disse que o orçamento não é do Executivo. Ok, mas ele também não é do Legislativo. Ele é da sociedade brasileira. Ninguém é ingênuo o suficiente para achar que os políticos “gastam sola de sapato” por suas bases no país com outro propósito que não seja o de se eleger. É simplificador demais considerar que esse propósi-

to de se reeleger sempre estará afinado com o interesse público. Voltando ao que disse Lavareda na semana passada, seria interessante listar que políticas públicas são desenvolvidas com emendas. O propósito de quem elabora o orçamento no Executivo também é criar políticas públicas que ajudem o governo a se reeleger. Mas o olhar é nacional.

Dispersão

Quando o dinheiro público se pulveriza em diversas emendas parlamentares, perde-se o sentido nacional da política pública. Quem acompanha a discussão orçamentária sabe que nem sempre emendas destinam-se àquilo que o município realmente necessita.

Grandes obras

Se determinada região precisa de uma usina hidrelétrica ou uma ferrovia, essa grande obra terá de competir com esses recursos pulverizados. No fundo, é até um prejuízo que o corte feito por Lula no orçamento tenha sido nas emendas de comissão, e não nas individuais.

Fácil

Mas àquilo que é fácil de dividir e destinar. Tratores e outros equipamentos agrícolas. Ginásios poliesportivos. As cidades precisam. Mas muitas vezes a lógica da destinação é o custo baixo, que permite ao deputado ou senador fazer mais emendas com a verba de que dispõe.

Coletivo

Porque as emendas de comissão são, pelo menos, fruto de uma discussão mais coletiva. O fato é que o que se iniciou no Congresso é uma grande disputa por poder. No caso, o dinheiro orçamentário é poder. Uma briga que, sem habilidade, poderá acabar ficando feia.

“Não subestimem o Parlamento”, avisa Lira

Falas evidenciam embates; Rui Costa ameniza declarações

Pedro França/Agência Senado



Pacheco e Lira na volta do Congresso: caras de poucos amigos

Por Gabriela Gallo

Apesar da tentativa de apaziguar a situação entre os poderes Executivo e Legislativo, a sessão de abertura dos trabalhos legislativos nesta segunda-feira (5), no plenário da Câmara dos Deputados, evidenciou um clima não amigável entre os dois poderes. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) não compareceu ao Congresso e quem o representou foi o ministro da Casa Civil, Rui Costa. Apesar de não ter ido presencialmente, Lula encaminhou uma mensagem aos parlamentares, um documento de 333 páginas. O primeiro-secretário da Mesa Diretora do Congresso, deputado Luciano Bivar (União Brasil-PE), leu todo o documento durante a sessão.

Na mensagem, Lula destacou a pauta econômica do governo e defendeu um maior diálogo entre os poderes. “O diálogo é condição necessária para a democracia. Diálogo que supera filiações partidárias. Que ultrapassa preferências políticas ou disputas eleitorais. Que é, antes de tudo, uma obrigação republicana que todos nós, representantes eleitos pelo povo, temos que cumprir”, escreveu Lula.

Esse diálogo do governo com os demais poderes é de grande interesse do Executivo que precisa aprovar e dar continuidade a discussões complexas no Congresso, dentre elas, a regulamentação da reforma tributária e a segunda fase da reforma tributária, que trata do imposto de renda.

Declaração de guerra

Mas, se por um lado Lula propunha diálogo, por outro o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), parecia propor uma declaração de guerra. Durante seu discurso na sessão, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), adiantou que a previsão dos principais tópicos discutidos na Casa neste ano será a regulamentação da reforma tributária, a retomada da discussão da reforma administrativa – tópico que circula no Congresso mas o

Executivo estuda mandar um texto autoral do assunto. Além disso, também haverá foco na chamada pauta verde, devido ao encontro internacional da Conferência do Clima sobre Mudanças Climáticas (COP) 30 que acontecerá em Belém (PA), em 2025.

Em decorrência das eleições municipais neste ano, o presidente da Casa ainda destacou a importância da revisão da legislação sobre o uso de inteligência artificial (IA) e os perigos que o uso desenfreado da ferramenta podem causar.

No entanto, durante seu discurso, Lira reforçou que “não se pode subestimar os membros da Mesa Diretora da Câmara”. No período do recesso, alguns analistas políticos apontaram que Lula poderia estar testando os limites da sua base ao fazer coisas como cortar os R\$ 5,6 bilhões de emendas parlamentares ao sancionar o orçamento.

“Errará quem apostar na omissão desta Casa em razão de uma suposta disputa política entre a Câmara dos Deputados e o poder Executivo. Para esses que não acompanharão nosso ritmo de entregas e realizações, deixo um importante recado: não subestimem esta mesa Diretora, não subestimem os membros do Parlamento dessa magistratura”, disse Lira.

Orçamento é maior embate entre Congresso e Executivo

Por Gabriela Gallo

Com o retorno do ano legislativo, um dos principais embates entre Poderes Legislativo e Executivo aparenta permanecer o mesmo: o orçamento. A questão orçamentária vem sendo o principal embate entre os dois poderes, que seguem em um cabo de guerra, seja na MP da Reoneração para folha de pagamento dos principais setores da economia ou no corte de R\$ 5,6 bilhões para emendas de comissão. Lula vem sendo acusado de não cumprir os acordos orçamentários com o Congresso Nacional, o que tem fragilizado a relação entre os dois poderes.

Nesta segunda-feira, durante a sessão de abertura dos trabalhos legislativos, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), criticou as recentes atuações do governo federal e disse que os parlamentares “não foram eleitos para serem carimbadores” dos projetos do Executivo.

“O orçamento é de todos os brasileiros e brasileiras. Não é e não pode ser de autoria exclusiva do poder Executivo e muito menos de uma burocracia técnica, que apesar do seu preparo, não foi eleita para escolher as prioridades da nação”, afirmou Lira.

Emendas

No início deste ano, Lula sancionou a Lei de Orçamento Anual (LOA) de 2024, que determina

Wilson Dias/Agência Brasil



Haddad discutirá alternativas à reoneração

a receita anual e fixa o valor que pode ser gasto nos Três Poderes da União, em um montante de R\$ 5,5 trilhões. Porém, o presidente da República vetou R\$ 5,6 bilhões em emendas de comissão. O orçamento inicial aprovado pelos parlamentares previa um total de R\$ 16,7 bilhões para essas emendas e, com o veto presidencial, passou a ser de R\$ 11,1 bilhões. O valor é superior ao do ano passado (R\$ 7,5 bilhões).

De acordo com o ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, o corte foi necessário já que, como a inflação está menor, precisou-se readequar o valor para reduzir a margem de gasto do governo. “Com a inflação menor

em 2023, o governo teve que realizar um corte de R\$ 5,5 bilhões, poupando integralmente Saúde, Educação, Segurança Pública e mantendo a essência do novo orçamento”, manifestou Padilha.

O relator da LOA na Câmara, deputado Luiz Carlos Motta (PL/SP), declarou que irá se reunir com a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, para discutir a mudança. O veto de Lula ainda pode ser derrubado pelo Congresso.

Reoneração

Nesta terça-feira (06), os líderes de bancada irão se reunir com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para discutirem sobre a MP da

esclarecer porque Lula está sendo acusado por parlamentares de descumprir acordos. A expectativa é que Lula também marque um encontro com Lira, mas ainda não há data definida.

Autonomia

Apesar de Lira ter chamado a atenção para um embate do Legislativo com o Executivo, durante a sessão Pacheco defendeu o fortalecimento da autonomia parlamentar. “Proteger os mandatos parlamentares é proteger as liberdades. Liberdade de consciência, liberdade religiosa, liberdade de imprensa, é proteger a liberdade de expressão, que não se confunde com liberdade de agressão”, destacou Pacheco.

Vale destacar que, nas últimas semanas, Pacheco vinha sendo pressionado por parlamentares devido às operações da Polícia Federal (PF) contra os deputados Carlos Jordy (PL-RJ) e Alexandre Ramagem (PL-SP) e o vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ). Líderes do Congresso chegaram a sugerir que a imunidade parlamentar chegasse ao fim. Dessa forma, parlamentares seriam julgados por juízes de menores instâncias e não pelos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Pacheco ainda não se manifestou sobre o caso.

Reoneração. Nesta segunda-feira (05), durante uma reunião com pesquisadores do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), no Rio de Janeiro, Haddad adiantou que irá entregar ao Congresso alternativas para reverter a desoneração da Folha de Pagamento, aprovada pelo Congresso no final do ano passado.

“Se o Congresso entender que há alternativas a serem consideradas, nós obviamente vamos para a mesa ouvir. Mas nós apresentamos uma alternativa que, na minha opinião, é bastante consistente com aquilo que vem sendo desenvolvido pelo Congresso junto ao Executivo”, disse o ministro.

“Tem uma coisa chamada Lei de Responsabilidade Fiscal, e nós precisamos que qualquer gesto do Congresso na direção de um setor da economia seja compensado por medidas que equilibrem o orçamento. Nós temos que ter essa clareza de que tem uma lei complementar na qual as leis ordinárias estão subordinadas e é preciso compatibilizar isso para que não percamos o rumo que foi traçado no final do ano passado”, completou Haddad.

Ainda nesta segunda-feira, o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (Sem partido-AP), afirmou que o governo federal deve apresentar a medida da reoneração por meio de um Projeto de Lei (PL).